

Capítulo VI

A obra de saúde pública

Clementino Fraga

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FRAGA, C. A obra de saúde pública. In: *Vida e Obra de Oswaldo Cruz* [online]. 2nd ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, pp. 49-57.

ISBN: 978-65-5708-099-3.

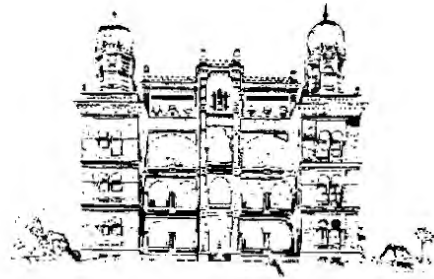
<https://doi.org/10.7476/9786557080993.0010>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



A OBRA DE SAÚDE PÚBLICA

CAMPANHA SANITÁRIA CONTRA A FEBRE AMARELA

NOMEADO diretor-geral a 23 de março de 1903, três dias depois, a 26, Osvaldo Cruz assumiu as árduas funções, prometendo apenas, com sentida simplicidade, *trabalho e justiça*.

A lei orgânica, de 20 de setembro de 1892, dava à União, no Distrito Federal, a obrigação das providências contra a invasão das moléstias exóticas ou a dissiminação das indígenas, empregando-se, para tal fim, os meios sancionados pela ciência ou aconselhados pela observação, entre elas a assistência hospitalar, o isolamento e a desinfecção. No Rio de Janeiro havia, assim, dualidade de serviços sanitários, cumprindo à Prefeitura todos os encargos da polícia sanitária e a assistência, fora dos casos de doenças transmissíveis, aliás naquela época, quase toda a carga das associações pias, principalmente a Santa Casa de Misericórdia.

A profilaxia da febre amarela ia iniciar-se sob novos fundamentos, ainda não sancionados pela higiene mundial, mas aconselhados nas observações dos técnicos americanos, conforme o descobrimento de Finlay, em 1881. Sem dúvida, a empresa era ousada e só a firmeza de um homem de convicções, apoiado num governo forte e patriótico, poderia tentar a árdua campanha. Foi o que se deu com Osvaldo Cruz, no quadriênio Rodrigues Alves.

A profilaxia rotineira isolava os doentes notificados e fazia desinfecção pelos meios correntes de agressão química; a nova doutrina isolava o doente, conside-

rado foco de infecção e combatia o vector, identificado em experiências recentes, excluindo a desinfecção, por inútil.

As provas experimentais de Havana foram repetidas em São Paulo e no Rio de Janeiro, por sábios nacionais e estrangeiros: em São Paulo, por Pereira Barreto, Emílio Ribas e Adolfo Lutz; no Rio de Janeiro, pela comissão francesa, da qual faziam parte Marchoux e Simond, acompanhada de perto por Osvaldo Cruz e seus auxiliares, no Hospital S. Sebastião. As experiências repetiram os turnos e conclusões de Havana, onde a profilaxia anticulicidiana já produzira resultados positivos. Não havia senão aplicá-las, dentro da mesma orientação, tenacidade e espírito de resistência à reação misoneísta.

O pomo da discórdia era, principalmente, a desinfecção, que alguns espíritos acomodaticios julgavam devia ser praticada, paralelamente ao combate ao inseto transmissor. Além de trabalhosa e considerada inoperante, a desinfecção, como arma profilática, uma vez empregada, significaria dubiedade ou hesitação, por parte da autoridade sanitária, acariciando de tal modo, e perigosamente, a timidez nas fileiras dos novos combatentes. Direta ou indiretamente interpelado nesse sentido, Osvaldo Cruz resistiu com intrepidez, preferindo deixar o cargo a aplicar métodos, nos quais convictamente não confiava.

Sempre sábia a seu modo, a imprensa que discute problemas científicos, como discute questões políticas e intrigas sociais, timbrava em desacreditar a autoridade sanitária, apelando para o govêrno, então ameaçado em suas responsabilidades pela ação de um profissional mômço, cujo saber e capacidade administrativa públicamente se menosprezava. Indiferente às invectivas diárias, o diretor não se dava conta da hostilidade ambiente, continuando a desenvolver as atividades a seu cargo, como se prestigiado se sentisse pelo aplauso da população.

É certo que a reação partia da própria classe médica, de alguns professôres, à frente o professor de Higiene da Faculdade e o ex-diretor, afastado do govêrno a pretexto de acumulação de cargos públicos. Os artigos sob o título "A Ilusão Havanesa", e as lições sômre febre amarela, na cátedra de Higiene, prognosticavam o desastre na aplicação da doutrina culicidiana da transmissão da doença.

Não admira. Vinte anos rodados, em nova incursão epidêmica da febre amarela no Rio de Janeiro, pelo descaso dos govêrnos que sucederam a Rodrigues Alves, o ambiente de hostilidade rãpidamente se formou para contrariar a ação da autoridade sanitária, não mais para combater a doutrina, já suficientemente julgada,

mas para negar capacidade ao diretor. Por essa ocasião, os feiticistas da memória benemérita de Osvaldo Cruz formaram em còro contra o chefe da Saúde Pública. Era o “louvor deliberado, contra alguém”, como disse Afrânio Peixoto, a propósito de casos dêsses tais, muito do gôsto da hostilidade encoberta, mal disfarçada na debilidade do ataque.

E, como a história se repete, na segunda, como na primeira campanha contra a febre amarela no Rio de Janeiro, os resultados responderam à agressão gratuita, empapada no lôdo da abjeção, mais uma vez desmoralizada nos processos monstruosamente impatrióticos de combater a autoridade para ferir determinada pessoa. Ao empossar-se, prometera Osvaldo Cruz debelar a moléstia em três anos, assim lhe não faltassem o apoio do govêrno e recursos materiais indispensáveis à intensidade da ação profilática. Jugulou-a, como epidemia, no prazo previsto. Ao tempo do comêço de sua atuação na direção da repartição federal de Higiene, não sòmente a febre amarela, mas também a peste e a variola carregavam a morbidade e a mortalidade do Rio de Janeiro. Tendo assumido o cargo a 26 de março de 1903, a 1.º de abril do mesmo ano o nôvo diretor enviava ao govêrno a seguinte exposição de motivos:

“Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Dentre os problemas sanitários que devem ser atacados desde já, sobreleva em importância a todos o referente à febre amarela. A extinção da febre amarela é um problema que já encontrou uma solução prática: podemos, pois, considerá-la uma questão resolvida. Resta-nos agora, apenas, seguir as pegadas dos sábios americanos, que enfrentaram o assunto, resolvendo-o por completo em Havana. Devemos pois, sem perda de tempo, instalar desde já os serviços cujos efeitos proveitosos se farão fatalmente seguir na próxima época epidêmica, sendo em breve seguidos de completo desaparecimento dessa vergonha nacional. Cumpre-me dizer em traços gerais que a profilaxia cifra-se no seguinte: nas épocas epidêmicas: 1.º evitar a contaminação dos culicídeos pelos amarementos infectantes; 2.º evitar a infecção dos receptíveis pelos propagadores já infectados. Em épocas extra-epidêmicas: 1.º evitar a perpetuação dos culicídeos destruindo-os em seus berços e suprimindo êstes; 2.º dar caçada aos casos esporádicos e frustrados da moléstia que nas acalmias permitem a continuidade do mal. Êsse serviço de profilaxia específico de febre amarela deve ser contínuo e ininterrupto; disso depende sua eficácia. No momento atual cumpre-nos pôr em prática as medidas relativas à quadra epidêmica. Devemos preservar os amarementos, ainda infectantes, das picadas dos mosquitos e devemos destruir os estegomias adultos que tiverem ou não oportunidade de picar o amaríllico,

e mais, preservar os receptíveis contra a infecção possível pelo culicídeo infectado, depois de terminado nêle o ciclo exogênico do germe produtor da moléstia. Para que êsse serviço seja profícuo, convém quanto antes que se estabeleça uma lei que torne efetivas as disposições regulamentares já existentes sôbre notificação compulsória, estabelecendo medidas repressivas enérgicas contra os sonegadores de doentes. Para que essa repressão possa ser rápida e proveitosa, conviria destacar para junto da repartição sanitária federal um representante do poder judiciário, encarregado de tornar efetivas essas medidas repressivas no mais curto prazo de tempo possível, de modo que a punição do delito venha a ser tão rápida quão deveria ter sido o cumprimento do dever ora menoscabado e punido. Outrossim conviria estabelecer penalidades que viessem facilitar a vigilância sanitária. De posse dessas disposições é indispensável estabelecer desde já o serviço especial de preservação dos doentes e de destruição dos vectores da moléstia, para o que mister se faz formar-se uma brigada que, estendendo sua ação benéfica por tôda a cidade, possa tornar eficaz a proteção dos mosquitos contra os doentes ainda infectantes, protegendo dêste modo indiretamente o homem em estado de receptividade. A instalação imediata dêsse serviço, se bem que importando num ligeiro aumento de despesas, traz como consequência economias bastante avultadas e que podem ser resumidas do seguinte modo: diminuição das despesas de desinfetantes, porquanto só será empregado o enxôfre (na febre amarela); diminuição das despesas acarretadas pela desinfecção das roupas, serviço que será suspenso por inútil (na febre amarela); diminuição das remoções dos amareltos, que, sem inconveniente, poderão ser isolados nos domicílios, cujas condições higiênicas o permitirem e não remoção nem preservação dos doentes não infectantes; diminuição das despesas dos hospitais de isolamento, correlativa à diminuição das remoções. Não quero referir-me ao bem-estar que traria à população a execução dessas medidas, diminuindo enormemente o número de remoções, alterando e suprimindo em parte os processos de desinfecção, até agora postos em prática...

Êste aumento de despesa trará como consequência imediata uma economia enorme de vidas e, completado pelas medidas acima referidas, concernentes à notificação compulsória e vigilância sanitária, vem constituir o comêço do extermínio da febre amarela no Rio de Janeiro. Espero que V. Ex.^a, animado como está de tão nobres intenções em relação à saúde pública, obterá de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República a aprovação do crédito acima, na certeza de que tôda despesa feita em benefício da saúde pública, redundará em colossal economia."

O primeiro embaraço que atalhou a execução dos serviços incipientes foi a dualidade de repartições de higiene no Distrito Federal. Para cumular a dificuldade em riste, o diretor dos serviços sanitários municipais não acreditava na eficácia

dos novos métodos profiláticos. Era mister uma providência imediata, junto ao Prefeito Pereira Passos, ficando estabelecida a adoção da profilaxia havanesa pela higiene local. Nessa ocasião, prestou bons serviços, no sentido do entendimento, o Dr. Luís Barbosa, então médico da repartição municipal, que foi chamado a colaborar no serviço federal, como delegado do 1.º Distrito Sanitário.

Já a 28 de março de 1903, a diretoria incumbia o Dr. Carlos Carneiro de Mendonça de conduzir a aplicação das medidas profiláticas, aliás pelo mesmo ensaiadas, em providências de curto raio, na administração anterior. Atendendo às sugestões do diretor-geral, o govêrno, em aviso de 15 de abril do mesmo ano, organizou o Serviço de Profilaxia da Febre Amarela. A 20 do mesmo mês, faz-se o primeiro isolamento de um doente, em câmara telada, à prova de mosquitos. As instruções da profilaxia específica são baixadas a 5 de maio de 1903: expurgo, para combate ao inseto alado; polícia sanitária de domicílios e logradouros públicos; extinção periódica antilarvária em todos os possíveis criadouros de mosquitos; isolamento rigoroso do doente em ambientes protegidos por telas metálicas; vigilância sanitária dos comunicantes. Proscritas ficaram as desinfecções.

Em “conselhos ao povo”, a Diretoria da Saúde distribuiu, em avulsos e pela imprensa, as seguintes advertências: “1.º – Está hoje provado que os mosquitos transmitem a febre amarela. O mosquito pica o doente de febre amarela e, depois de alguns dias, picando outra pessoa, transmite a ela a moléstia. Há muitas qualidades de mosquitos, mas nem todos transmitem a febre amarela; o que a transmite facilmente se conhece, porque é inteiramente rajado; êle tem na parte superior do corpo duas listras prateadas em forma de meia-lua, e as pernas e a barriga também são riscadas de listras brancas. Esta qualidade de mosquito é muito abundante no Rio de Janeiro, voa pouco e gosta de viver dentro de casa...

2.º – A febre amarela não se transmite do doente ao indivíduo são, o que já era sabido desde muito tempo; também não é transmitida pelas roupas sujas e mais objetos de uso dos doentes; ela se transmite sòmente por intermédio do mosquito ou pernilongo rajado, único transmissor da febre amarela até hoje provado.

3.º – Alguns dias depois de ter picado o doente de febre amarela, o mosquito adquire o poder de transmiti-la, e conserva êsse poder durante muito tempo, dois meses e meio ou mais. Os hábitos caseiros do mosquito rajado explicam bem porque a febre amarela é uma moléstia que se apanha dentro das casas e que prefere as

idades. No inverno, aqui no Rio de Janeiro, como nas outras partes em que ela existe, a epidemia de febre amarela quase sempre acaba; êste fato concorda com o modo de vida do mosquito, que, como todo o mundo sabe, diminui muito de quantidade na estação fria, sendo que os poucos que aparecem quase não picam.

4.º – Os mosquitos se reproduzem por meio de ovos, que êles põem na superfície das águas paradas, nas tinas de lavar roupa, nos tanques, nas caixas-d'água, nos ralos de esgotos, nos rebolos dos carpinteiros, nas latas velhas e cacos de garrafa ou de louça que são atirados fora, nos cacos de garrafa com que se guarnecem os muros, nas poças de água que se formam nas hortas e capinzais, na água da chuva que fica empoçada nas calhas, enfim, em qualquer parte onde ficar depositado por algum tempo um pouco de água que se não renove. Os ovos postos na água dentro de poucos dias se transformam em pequenos bichinhos com a forma de lagartas, os quais, de ordinário, ficam na superfície da água com a cauda para cima e a cabeça para baixo, e fogem muito depressa para o fundo da água mal alguém se aproxima ou toca na vasilha; êsses bichinhos, que em alguns lugares são conhecidos pelos nomes de bichos-d'água, cabeça-de-prego, saltões ou martelos, são os que os médicos denominam *larvas*. Essas larvas ficam muitos dias vivendo e nadando na água, vão pouco a pouco crescendo até que, em certo momento, curvam-se, mudam de posição, ficando a cabeça à superfície da água; criam então uma casca ao redor de si e ficam boiando em cima da água; depois, a casca rompe-se e de dentro dela como se fôsse um bote, voa o mosquito nôvo.

É fácil de verificar que é assim que o mosquito nasce; basta colocar algumas larvas em um vidro branco com água até ao meio, sendo a bôca do vidro tapada por meio de pano de filó, que permita a entrada do ar e evite a saída dos mosquitos, que nascem dentro de quinze dias, mais ou menos.

5.º – Desde que são os mosquitos que passam a febre amarela dos doentes para as pessoas sãs, é da obrigação e do interêsse de todos:

- I – Destruir os mosquitos e as suas larvas.
- II – Evitar que os mosquitos piquem as pessoas, porque pode acontecer que alguns dêles tenham picado um doente de febre amarela.
- III – Evitar que os mosquitos piquem os doentes de febre amarela, por que dêsse modo impede-se que êles fiquem carregados dos germes da moléstia.

6.º – Para destruir dentro das casas os mosquitos já crescidos, o melhor meio é queimar pó-da-pérsia dentro delas.

Para isso, fecham-se bem as janelas do quarto em que se deseja matar os mosquitos e tapa-se com papel qualquer abertura que existir, deixando-se aberta sòmente a porta; toma-se um fogareiro, ou qualquer outra vasilha, enche-se de brasas bem acesas e coloca-se no meio do aposento: lança-se por cima o pó-da-pérsia, na dose de três colheres de sopa para um quarto de tamanho regular, e fecha-se a porta.

No fim de três horas, entra-se no quarto e abrem-se as janelas, passa-se com cuidado um pano úmido sôbre o chão e por cima dos móveis, e sacodem-se as roupas da cama e as que estejam penduradas nos cabides, para assim apanhar todos os mosquitos que tenham caído sufocados pela fumaça do pó-da-pérsia; os mosquitos apanhados serão lançados ao fogo, porque a fumaça do pó-da-pérsia, às vezes, não os mata; êles ficam apenas tontos e se não forem queimados, podem voar outra vez.

A fumaça do pó-da-pérsia não é irritante; no quarto onde se tenha acabado de queimar o pó-da-pérsia pode-se entrar e permanecer sem o menor incômodo. Contudo, não se deve de modo nenhum queimar o pó-da-pérsia no quarto de algum doente, enquanto êle aí estiver.

Na falta do pó-da-pérsia, servem as fôlhas de eucalipto ou então o fumo ou o enxôfre. A fumaça resultante da queima do fumo ou do enxôfre mata o mosquito mais depressa ainda que a do pó-da-pérsia, mas convém lembrar que ela é irritante para quem a respira em grande quantidade.

7.º – Para evitar a reprodução dos mosquitos, devem-se conservar tapados todos os depósitos de água, caixas-d'água, tanques, tinas etc.; aterrar e nivelar tôdas as escavações do terreno em que as águas se possam depositar, esgotar ou aterrar poças de água, lagoas ou charcos próximos às habitações, assim como se deve mandar retirar tôdas as latas vazias, vasos quebrados etc., que estejam abandonados perto das casas e em que as águas se possam depositar.

As vasilhas cheias de água que contiverem larvas de mosquitos deverão ser despejadas em lugar que as larvas fiquem a sêco e expostas ao sol, porque nesse caso elas morrem logo.

Nas vasilhas que não puderem ser despejadas, deve-se derramar querosene, de modo que êle se espalhe bem por cima da água, ou então um pouco de creolina; as larvas morrem em poucas horas. Nos ralos dos esgotos, o querosene será pôsto

tôdas as semanas. Deve-se também derramar querosene, de oito em oito dias, em tôdas as poças de água, pântanos ou charcos, que não puderem ser esgotados ou aterrados. A quantidade de querosene, nestes casos, é de 10 gramas para um metro quadrado de superfície.

As calhas e condutores das águas de chuvas devem ser examinados de vez em quando, consertando-se os lugares em que as águas fiquem empoçadas; “urnas” e outros enfeites que se usam nos telhados das casas não devem ter cavidades onde a água se possa juntar. Os repuxos e os lagos artificiais dos jardins, que não puderem ser esvaziados ou cobertos de querosene, assim como tôdas as coleções de água que pela sua extensão não puderem ser tratadas pelo querosene, deverão ser povoadas de peixes, depois de limpas, de tôda e qualquer vegetação. Os peixes comem as larvas. No Rio de Janeiro há um peixe chamado barrigudo, muito abundante em todos os rios e lagoas da cidade, o qual, pela sua voracidade, é excelente para a destruição das larvas dos mosquitos, onde essa destruição não puder ser executada de outra maneira.

8.º – Em tempo de epidemia ou quando houver doentes na vizinhança, tôdas as pessoas sãs devem usar cortinados nas camas e durante o dia devem ter cuidado que nenhum mosquito as venha picar, porque o mosquito da febre amarela pica também de dia.

9.º – Quando houver algum doente de febre amarela na casa, as pessoas da família ou os vizinhos devem participar logo à autoridade de higiene mais próxima.

As providências que o médico de higiene tem por obrigação aplicar são tôdas no interêsse do povo e não trazem vexame para ninguém, nem incomodam ou prejudicam o doente.

Para o hospital só serão removidos os doentes que não tiverem recursos para se tratarem em casa.

O que os médicos de higiene fazem quando recebem a participação de um caso de febre amarela, é o seguinte: primeiro fazem colocar uma grade de arame muito fina ou cortinado de filó nas janelas e nas portas de um dos quartos da casa, escolhido pela família do doente, destroem aí os mosquitos queimando o pó-da-pérsia, deixam o quarto ficar arejado e mudam o doente para êsse quarto; depois fazem queimar pó-da-pérsia, ou enxôfre em todos os outros cômodos da casa, para assim destruir os mosquitos que tenham já picado o doente; em seguida,

fazem destruir as larvas dos mosquitos e os lugares em que elas se criam. Quanto ao mais, o doente fica com a liberdade de tratar-se como entender, podendo quem quiser entrar e sair do quarto dêle à vontade. Mas, uma coisa as autoridades de higiene pedem com o maior empenho, é que os casos de febre amarela sejam comunicados à higiene desde os primeiros dias da moléstia, porque é principalmente nos quatro primeiros dias da moléstia que o mosquito apanha o germe da febre, para transmiti-lo a outra pessoa. Por isso mesmo os doentes suspeitos devem ser isolados, pelo menos, por meio de cortinados, até verificar-se que o caso não é febre amarela.

Num caso de febre amarela, antes mesmo de participar à higiene, as pessoas da casa do doente devem isolá-lo do melhor modo possível, pondo cortinado de filó nas janelas, de modo que os mosquitos não possam entrar ou sair do quarto, conservando a porta do quarto sempre fechada quando ela não tiver cortinado, e colocando também um cortinado na cama do doente.

10.º – É do interêsse geral de tôda a população que estas medidas sejam observadas. A febre amarela mata no Rio de Janeiro grande número de estrangeiros, na maior parte portugueses, e últimamente até mesmo os nacionais ela não tem poupado, com especialidade as crianças. A aplicação destas medidas na cidade de Havana deu o mais completo resultado, extinguindo totalmente a febre amarela, que ali matava todos os anos de 500 a 1.500 pessoas; hoje em Havana não se dá um só caso de febre amarela; assim, em pouco tempo, acabou-se com uma epidemia que durava havia mais de um século.”

A propósito dêstes conselhos, advertidamente expostos sôbre métodos novos em matéria de higiene, choveram os comentários da imprensa, alguns dos quais com a responsabilidade de nomes da classe.